



# As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

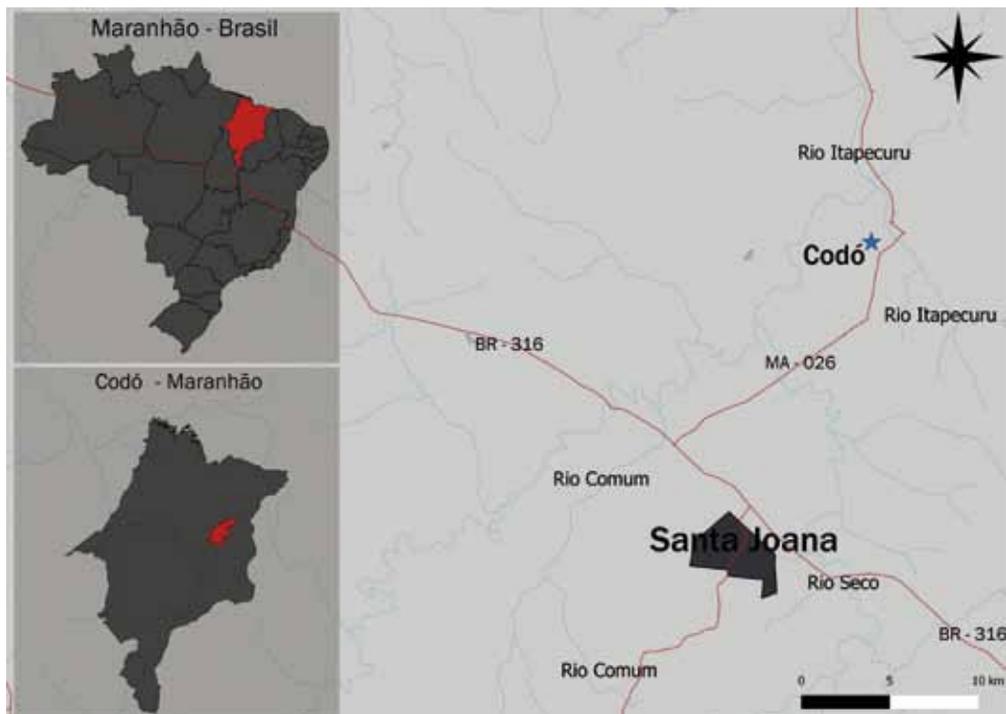
A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



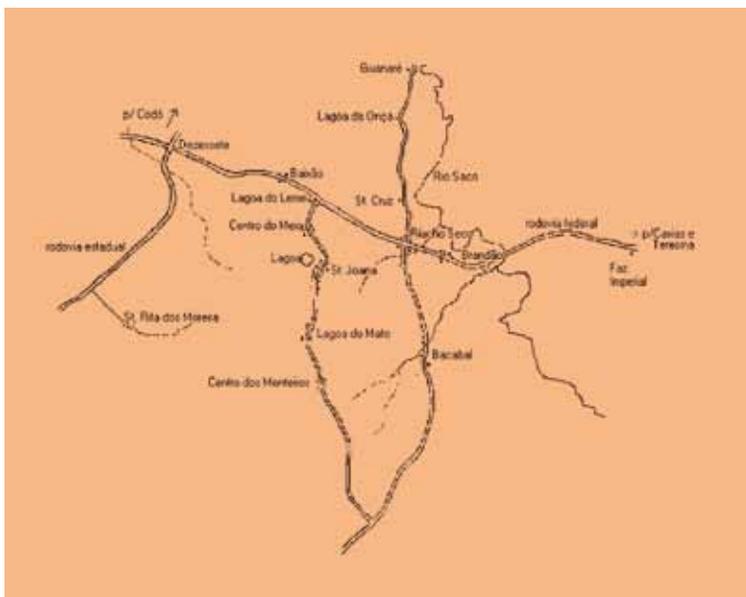
# Comunidade Quilombola Santa Joana

O Quilombo Santa Joana está localizado no município de Codó, estado do Maranhão. A comunidade fica a 25 quilômetros da sede do município, às margens de uma estrada vizinha à uma rodovia federal, a BR 316, que atravessa a região em direção à cidade de Teresina, no Piauí. O município de Codó é banhado pelo Rio Itapecuru, bastante usado pelos mais antigos lavradores que ocuparam a região a partir do final do século 19, como via de deslocamento de pessoas e mercadorias.

Segundo os quilombolas de Santa Joana o território que reivindicam tem uma área de 2.040 hectares que é apenas uma parte de “um quinhão de terras” antigo chamado de Data Nossa Senhora das Dores, esta com um total de aproximadamente 6.800 hectares.



As comunidades Lagoa do Leme, Riacho Seco, Centro do Meio e Santa Cruz são consideradas comunidades irmãs que foram formadas por moradores descendentes dos quilombolas de Santa Joana. Por isso fazem parte do território reivindicado, embora, até o momento, apenas Santa Joana tenha sido oficialmente reconhecida como quilombo. Como afirmam os moradores de Santa Joana, esse conjunto de comunidades centenárias, “vem da mesma raiz; é tudo parente”, mantêm laços de solidariedade e compartilham modos de organização coletivos.



Croqui de localização baseado nas Cartas DSG MI-810 e MI-811.

Fonte: Santa Joana: Relatório Antropológico – Aniceto Cantanhede Filho, 2002.

Atualmente o Quilombo Santa Joana é composto por 18 famílias, das quais apenas 5 residem na comunidade. Os quilombolas aguardam a titulação definitiva do território como forma de reconhecimento da sua luta e resistência na terra e para a manutenção de sua autonomia.

Em 2005, Santa Joana teve sua certidão de autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares. No mesmo ano, um território de 1.196 hectares teve seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado pelo INCRA. Em 2006 foi publicada a

Portaria de Reconhecimento e, em 2009, a Presidência da República decretou como de interesse social as terras desse quilombo.

Ao falarem sobre a ocupação do território, os quilombolas de Santa Joana rememoram um período que alcança o tempo da escravidão. São relatos que descrevem um modo de vida comunitário, presente até os dias de hoje e que fazem parte da memória coletiva atualizada e recriada ao longo do tempo. Nas narrativas dos moradores, o quilombo surgiu a partir do momento em que tomaram para si o controle dos recursos naturais e quando conseguiram escapar da subordinação a um senhor de escravos. As comunidades passaram a experimentar maior autonomia nos seus modos de trabalhar e conviver. Algumas pessoas e famílias são consideradas fundamentais para a manutenção dessa autonomia do grupo e são referências muito importantes para a reconstituição da memória do quilombo.

## Terra para quem nela trabalhava

A ocupação do Vale do Itapecuru por escravizados tem forte relação com a produção de cana-de-açúcar, desde o século 17, baseada no trabalho escravo. A presença de quilombos na região resulta de um processo de luta e resistência na terra, como é o caso de Santa Joana. Apesar de não ter sido tão bem sucedida quanto à cultura do algodão, a produção de cana-de-açúcar, foi a grande responsável pela chegada dos primeiros escravizados na região.

Os moradores de Santa Joana, bem como os residentes na maioria dos territórios quilombolas do Vale do Itapecuru, são descendentes dos escravizados que trabalharam nas lavouras de algodão e que ocuparam a região no início do século 19.

Os relatos dos moradores apontam que a Fazenda Santa Cruz, localizada na chamada Data Nossa Senhora das Dores, era de propriedade de uma senhora portuguesa de nome Joana Leopoldina de Souza Amorim, solteira, sem herdeiros. O nome da localidade, Santa Joana, foi dado em homenagem a esta senhora.



Casas da comunidade quilombola Santa Joana.

Foto: Arydimar Vasconcelos Gaioso, (15/11/2015)

Com a abolição da escravidão, sem condições de manter a produção da fazenda, a antiga proprietária retornou para Portugal, deixando as terras para alguns ex-escravizados. Ao se referirem àqueles que ficaram com as terras da antiga proprietária, os quilombolas afirmam que foram “os que trabalhavam bem e tinham constituído família em parte dessas terras”. A área que corresponderia às terras da Fazenda Santa Cruz foi deixada para a ex-escravizada chamada Rosa Leopoldina Amorim. A memória da trajetória dos quilombolas é recuperada a partir da descendência de Dona Rosa Amorim.

## O mesmo parentesco

Ao recordar os familiares que se destacaram na história da formação do quilombo, os quilombolas reforçam que moradores de diferentes comunidades “é tudo raiz. É tudo de uma só família; tudinho são parentes”. Um descendente direto de Dona Rosa Amorim, seu filho chamado Raimundo Antônio Amorim de Azevedo, é destacado dentre os que favoreceram a autonomia conquistada pelo grupo.

Os quilombolas contam como um acontecimento importante a chegada de um português, chamado Ladislau de Hungria Nunes, com a finalidade de fazer a demarcação e o inventário das terras na Data Nossa Senhora das Dores. Como pagamento pelos serviços prestados, o senhor Ladislau recebeu uma área de 1.089 hectares

das terras demarcadas. Ao retornar à sua terra natal, ele deixou a certidão das terras aos cuidados do Senhor Raimundo, recomendando que elas pudessem ser utilizadas pelas famílias em momento de necessidade, mas não poderiam ser vendidas. Caso ele não retornasse, a terra ficaria para a comunidade criar filhos e netos, só não poderia ser vendida.

O Senhor Raimundo morava com sua família no povoado de Santa Cruz, comunidade onde ficava a “senzala velha”. Após sua morte, seus herdeiros – a filha, Dona Sebastiana, e o filho dela, José de Sena – foram expulsos de sua terra, sob ameaças e agressões, a mando de um comerciante de Codó, que se apossou da terra por meio de grilagem.

As narrativas dos moradores destacam então a chegada de D. Sebastiana e seu filho à terra que foi dada como pagamento ao Sr. Ladislau, onde ele havia permitido que, caso necessário, fossem criados filhos e netos da comunidade. A partir do estabelecimento dessa família nessa terra, e com eles os parentes que chegaram para fazer “moradia”, as famílias foram crescendo e se expandindo por grande parte de um amplo território. Esse lugar era, conforme a linguagem dos moradores, “um mocambo, um quinhão de terra”, onde antes não havia estrada nem casas, só mata.

Como marcadores de identidade, os quilombolas de Santa Joana destacam a comunidade que nos dias de hoje é denominada Santa Cruz e que antes foi uma fazenda parte da Data Nossa Senhora das Dores. A sede dessa fazenda se localizava na área conhecida como “feitoria”, que ficava próxima daquela chamada “senzala velha”, onde os escravizados moraram. Ainda existe no local um pé de “mamorana”, considerado pelos moradores como uma das marcas do “tempo do cativo”.

Os quilombolas de Santa Joana mantêm com as comunidades Lagoa do Leme, Riacho Seco, Centro do Meio e Santa Cruz relações de convivência, de trocas comerciais e, sobretudo, de parentesco, pois, como dizem, “todos têm a mesma raiz, tudo é uma parentada só”. No período de conflito com os invasores das terras, quando os herdeiros do Senhor

Raimundo Antônio foram expulsos de suas casas, essas famílias foram acolhidas por parentes nas comunidades de Lagoa do Leme, Riacho Seco, Centro do Meio e Santa Cruz.

Entre estas comunidades, também são compartilhados alguns modos de fazer coletivos, tais como festividades religiosas, a busca e o compartilhamento de água, etc. Como não há rios ou igarapés perenes em Santa Joana, a água utilizada para o consumo humano e para as atividades domésticas é buscada na chamada Lagoa Grande e em um poço localizado na comunidade Centro do Meio.

No território são encontrados marcos que identificam a presença dos antigos ocupantes, como os cemitérios. Atualmente, algumas comunidades não têm acesso a esses lugares onde estão enterrados



Cemitério na Santa Cruz. Fonte: Aniceto Cantanhede Filho. Santa Joana: Relatório Antropológico, 2002.

seus ancestrais. A partir do início dos conflitos por terra, no processo de grilagem, os quilombolas ficaram impedidos de circular livremente nesses locais, dentre os quais está o cemitério de Santa Cruz.

Quanto às festividades e outras atividades religiosas, embora não aconteçam celebrações regulares em Santa Joana, os quilombolas citam a prática do tambor ou terecô, e rememoram a devoção a uma divindade denominada Verequete, assim como o culto à Lé-gua Bogi Buá, reverenciado nos dias de hoje. Mesmo que hoje em dia não exista um barracão na comunidade, que é um salão onde

são realizadas celebrações e demais práticas religiosas, o compartilhamento desses cultos religiosos é um marcador de memória e identidade. O relato do Senhor Nonato Sena, demonstra a importância destas manifestações:

Alcansei também o Verequete Moleque batendo tambor e todo mundo brincando, homens e mulheres. Isso eu conheci. E às vezes também até ajudava. Os meus troncos velhos também eram de dentro da tribuna. E então eles morreram e alcancei aquilo e... sou tamborzeiro também, da mesma profissão. Da mesma profissão assim porque eu encontrei e achava bonito, como achei mesmo, não é? Não temos salão, mas sobre o assunto da brincadeira eu gostei demais e acho bonito. E acho que também eu posso dar valor porque é do tempo da escravidão, então eu acho que também pego um pedaço de lá, né? Então sou da mesma gema. Só que não faço uso, mas sou da mesma gema... da brincadeira de terecô.

As narrativas apontam que no tempo dos ancestrais essas práticas religiosas eram ocultadas da dona da fazenda. Desde a abolição e com o passar do tempo “aqui e acolá eles arrocham o tambor”, ou seja, tocam bastante nas datas em que as festividades são realizadas. A prática, conforme lembram, nunca muda. O fato de não terem um salão não impede que as festas sejam realizadas porque acontecem nos terreiros das casas. Nessas ocasiões, limpam o terreiro, enfeitam e “arrocham” (tocam para valer). Alguns moradores de Santa Joana frequentam terreiros de outras comunidades, tanto do território, quanto de outros territórios quilombolas, bem como de “fora”. Citaram o Bairro São Francisco, na cidade de Codó, e povoados como o Dezessete e o Santo Antônio dos Pretos.

## A roça: expressão do modo de viver

O uso da terra em Santa Joana, como é comum na maioria dos territórios quilombolas da região, é feito de modo coletivo, assim como o acesso aos recursos naturais, que obedece a regras tradicionalmente construídas pelas famílias. **A principal atividade produtiva dos**

quilombolas é o cultivo da roça, que não é apenas uma atividade econômica. A partir dos roçados é traçado o modo de vida e são construídos os sistemas de relações baseados em laços de parentesco, compadrio e amizade. Embora a terra seja de uso comunitário, os locais usados para a produção agrícola e tudo aquilo que é produzido nas roças é de domínio familiar. Cada grupo familiar é responsável pelo plantio, pela colheita, assim como pelo destino dado ao que produziu em suas roças.

Os principais produtos cultivados em Santa Joana são o arroz, o milho, o feijão e a mandioca. O arroz é tido como o alimento mais básico e importante que produzem. O milho e o feijão são produzidos em menor quantidade. Já a mandioca, destinada à fabricação da farinha, é utilizada tanto para o consumo familiar quanto para a comercialização. Assim, seu cultivo tem um papel importante na alimentação e na renda das famílias, já que o recurso obtido pela venda da farinha pode ser direcionado para a compra de itens como medicamentos, roupas e outros produtos industrializados.

O plantio obedece a um saber tradicional que viabiliza a recuperação do solo, através de um sistema de rodízio do uso da terra. Nesse sistema, após a colheita, a área cultivada fica descansando por um período de seis a oito anos. Esse tempo é considerado suficiente para a recuperação de todos os nutrientes do solo e desta maneira, a terra de cultivo volta a ser usada sem que as áreas protegidas sejam tocadas. Daí a importância de reservar uma parte para o repouso durante o tempo em que outras estão sendo exploradas.

O calendário e a distribuição das áreas de plantio são bastante complexos. O calendário agrícola costuma funcionar com a colheita da mandioca, em julho, para que seja possível a produção da farinha. O período de produção da farinha é denominado farinhada. Quando a família não faz roça de mandioca, eles podem recorrer a atividades alternativas, como a de diaristas, até agosto. Nessa época, começa a derrubada de arbustos, das áreas que estavam em descanso, para a preparação da roça do ano seguinte. Essa atividade é chamada *broque*.

Casa de forno de Teresa Baima.  
Fonte: Aniceto Cantanhede Filho/ Santa Joana: Relatório Antropológico, 2002



O período de preparação da terra para plantio pode se estender até Setembro. Outubro é o mês da queimada e Dezembro marca o começo do plantio do arroz. O costume da comunidade é fazer pelo menos dois roçados por ano: um deles em terras baixas, sujeitas a alagamentos, e que são boas para o cultivo do arroz. O outro roçado, em terras mais altas, de solo arenoso, é adequado para o plantio de mandioca.

Outros produtos cultivados são a fava, a abóbora e o quiabo, que também são plantados obedecendo a uma escala. O extrativismo é também uma atividade importante no conjunto da produção da comunidade. O palmito das palmeiras do babaçu, por exemplo, servem não apenas para a alimentação humana, mas também como comida de porcos e outros animais. Os babaçuais são abundantes no quilombo e sua extração é fundamental para a atividade agrícola da comunidade. A coleta do coco-babaçu e a venda da sua amêndoa para produção do óleo usado para fins diversos costumam ser atividades diárias das mulheres da comunidade. A extração do coco e a produção do carvão da casca do coco para uso doméstico e comercialização são importantes para a geração de renda voltada para a compra de alimentos como o arroz, no período fora da colheita, quando termina o estoque da última produção.

As matas de babaçuais estão presentes em 50% do território quilombola de Santa Joana. Dos 1.196 hectares da comunidade, 20% estão completamente preservados, o que indica que as famílias quilombolas possuem diferentes estratégias para a manutenção dos recursos naturais. Outro fator que demonstra a conservação do território



Vista de um roçado de mandioca e palmeiras de babaçu ao fundo.

Foto de Arydimar V. Gaioso, (15/11/2015)

é a presença de grande variedade de pequenos animais silvestres, como pacas, cutias, tatus, caititus, pebas e veados.

As famílias quilombolas de Santa Joana residem em casas de pau a pique. O acesso à energia elétrica tornou-se possível para a comunidade a partir de 2005 e a construção do poço artesiano que abastece a comunidade é de 2008. Há uma escola municipal de ensino fundamental I, que funciona em sistema multisseriado. O acesso à escolas que oferecem ensino fundamental II e ensino médio depende de deslocamentos de crianças e adolescentes que, por meio de ônibus escolares, frequentam escolas localizadas em outras regiões do município.

## Ameaças e perda das terras

As ameaças de perda total das terras e também da autonomia dos moradores do quilombo começaram no final da década de 1950. Os quilombolas falam de um senhor cearense, que arrendou 200 hectares do território com o objetivo de explorar jazidas de calcário. **Ele pediu a documentação da terra para legalização do contrato em cartório e conseguiu que os quilombolas assinassem a transferência de toda a terra para o seu nome, sem terem a informação sobre o que de fato estavam fazendo. A partir**

desse episódio, as terras passaram a ser sucessivamente comercializadas e apropriadas por diferentes pessoas. Essas circunstâncias deixaram os quilombolas em constante risco, vivendo sob situação de intenso conflito.

A apropriação das terras quilombolas por pessoas de fora da comunidade causou a exploração e representou humilhação para as famílias. Os quilombolas lembram que nesse tempo “mudava o dono, mas não mudava a ameaça, a humilhação”. Contam que os chamados “encarregados”, os responsáveis pelas terras, faziam ameaças a mando dos pretensos proprietários. Além das ameaças verbais e psicológicas, os quilombolas contam que houve também destruição das casas por derrubamentos e incêndios.

A situação se agravou em 1978 com a compra das terras, vendidas pelo comerciante de Codó apontado pelos quilombolas como grileiro, por uma empresa agroindustrial. Essa empresa explorava a terra com a extração de calcário para a fabricação de cimento. A perfuração das jazidas com uso de maquinário tornou-se um dos grandes problemas nessa época. As famílias foram proibidas de permanecer nas terras. Em uma ocasião, através de ação de despejo perpetrada pela empresa, houve investida de desocupação das terras, com expulsão de moradores e destruição de casas e benfeitorias. Como contam os quilombolas, “a luta foi muito grande, era ameaça de dia e de noite”. **A pressão foi tanta que algumas famílias foram obrigadas a deixar o território, ficando apenas três famílias, entre elas a família do Senhor Zé de Sena, neto do Senhor Raimundo Antônio Amorim de Azevedo.**

Na luta pela retomada do controle e do uso da terra e dos recursos naturais, várias organizações auxiliaram as famílias quilombolas. Foi criada uma associação religiosa vinculada à Igreja Católica que ofereceu apoio. O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) foi outro importante aliado durante esse enfrentamento. A associação religiosa atuava na mediação entre as partes em conflito sem, entretanto, obter resultados significativos. A princípio, as famílias vítimas da expulsão foram orientadas a retornar ao território para fortalecer a luta.

No final dos anos 1990, com o apoio do Centro de Cultura Negra (CCN), da Sociedade Maranhense dos Direitos do Homem (SMDH) e da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONE-RUQ), as famílias deram início ao processo de reconhecimento e regularização das terras como território quilombola. Para fazerem valer seus direitos, criaram a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Santa Joana. Como resultado dessa luta, conseguiram a emissão do Decreto de desapropriação do território pelo INCRA em 2009.

A autonomia e a afirmação da existência coletiva dos quilombolas de Santa Joana guardam relação com a abolição da escravidão e com a crise econômica que atingiu os engenhos de açúcar e a produção de algodão no Maranhão. A forma de ocupação do território e a manutenção do controle da terra e do acesso aos recursos naturais, além de fundamentais para a afirmação da identidade coletiva, são estratégias na luta pelo território.



Vista da estrada que atravessa a comunidade Santa Joana.

Foto: Arydimar Vasconcelos Gaioso (15/11/2015)

Esta narrativa foi escrita por Arydimar Vasconcelos Gaioso e Carlos Henrique Moreira Trovão Junior, com base no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial da Comunidade Remanescente de Quilombos Santa Joana, elaborado em outubro de 2004 por Ivan Guimarães, com informações adicionais do Relatório Antropológico produzido por Aniceto Cantanhede Filho, em 2002.

# Uma palavra da comunidade Santa Joana

A comunidade quilombola Santa Joana, após 20 anos de luta contra diferentes formas de dominação, tem hoje garantia de estabilidade e os moradores falam de sossego. Antes, era a dúvida: será que amanhã estamos aqui? Será que não vamos ter a casa queimada? Nesse sentido está bem, porque você fazer sua casa melhora. Hoje temos sossego, mas, para chegar a essa situação de calma, foi necessário nos organizarmos. Os moradores que foram obrigados a deixar a comunidade, no período do acirramento do conflito, quando iniciou a organização em prol da luta pelo território, voltaram, unindo forças.

Para nós, quilombolas, não há como falar da história de Santa Joana sem falar da história de resistência que se inicia com a luta pela terra, primeiro com Raimundo Antônio, passando pela Sebastiana e pelo seu filho Zé de Sena. Foi sob a liderança de Zé de Sena que os moradores começaram a se organizar politicamente devido às constantes ameaças e situações de violência sofridas por fazendeiros, desde a década de 1970. Não dava mais só para um, dois ou três do quilombo ou das famílias lutar. Tinha que agrupar mais pessoas para que a luta se fortalecesse. Nesse processo de organização e luta pela conquista do território, não foi uma conquista que alcançamos sozinhos, pois tivemos o auxílio de algumas instituições como a Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), a Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos (SMDH) e a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ). Foi com o CCN e a SMDH que surgiu a iniciativa de elaboração do relatório antropológico, em 2002, dando procedimento ao processo de reconhecimento do território quilombola.

Entretanto, a conquista do território quilombola Santa Joana não encerra a luta. Embora já esteja em andamento a desapropriação da terra desde 2011, outras melhorias são necessárias, como a das habitações e da produção econômica com créditos rurais. A luta continua também pela conquista do restante da área do território quilombola do qual Santa Joana é uma das comunidades que compõem a área correspondente à antiga Fazenda Santa Cruz. Os 1.196 hectares demarcados de Santa Joana não correspondem ao total desse território. Ainda não foi reconhecida uma área de 2.040 hectares, que abrange as comunidades Lagoa do Leme, Riacho Seco, Centro do Meio e Santa Cruz. Os moradores dessas comunidades estão organizados em duas associações, lutando pelo reconhecimento da área como território quilombola. O reconhecimento do território é um só processo.

A gente quer que os descendentes dos primeiros escravizados também reconquistem a terra; são todos aparentados: filhos, irmãos. A gente não pode desistir do território. Santa Joana e Centro do Meio têm a mesma idade. São centenárias. Como nós, tem pessoas que são descendentes aqui da Santa Joana dentro dos povoados Centro do Meio, Lagoa do Leme e Riacho Seco. Se possível, a gente gostaria que o restante do território fosse reconhecido para que nossos irmãos, nossos companheiros, tivessem o mesmo direito que nós temos hoje de viver em paz (Sr. João Ferreira Cruz).



Reunião com quilombolas na comunidade Santa Joana.  
Foto de Arydimar Vasconcelos Gaioso. 27/11/15



Reunião com quilombolas na comunidade Santa Joana em  
21/03/2016.  
Foto de Arydimar Vasconcelos Gaioso.

Texto produzido com base em entrevista concedida a Arydimar Vasconcelos Gaioso pelos senhores Antônio Ferreira de Albuquerque e João Ferreira Cruz e outras lideranças da comunidade, em 27 de novembro de 2015.

# Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

G143qs Gaioso, Arydimar Vasconcelos  
Quilombo Santa Joana / Arydimar Vasconcelos Gaioso, Carlos Henrique  
Moreira Trovão Júnior . - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)  
Relatório técnico de Identificação, Delimitação Territorial e Reconhecimento  
da Comunidades Remanescente de Quilombo de Santa Joana, elaborado por  
Ivan Guimarães.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Guimarães, Ivan. Relatório Técnico de  
Identificação, Delimitação Territorial e Reconhecimento da Comunidades  
remanescente de Quilombo de Santa Joana I. Trovão Júnior, Carlos Henrique  
Moreira. II. Título. III. Série.

CDD:306

CDU:39

MICHEL TEMER  
Presidente da República

ELISEU PADILHA  
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO  
Secretário Especial de Agricultura Familiar  
e Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC  
Secretário Executivo Adjunto

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA BOVO  
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e  
Desenvolvimento Rural - NEAD

WILLY GUSTAVO DE LA PIEDRA MESONES  
Coordenador do Núcleo de Estudos  
Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD

LEONARDO GÓES SILVA  
Presidente do Instituto Nacional de  
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES  
Diretor de Ordenamento da Estrutura  
Fundiária - Incra

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI  
Coordenadora Geral de Regularização  
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS  
JULIA MARQUES DALLA COSTA  
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS  
Apoio técnico – Superintendências do  
Incra nos estados

## A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de

narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e concepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG



SECRETARIA ESPECIAL DE  
AGRICULTURA FAMILIAR E DO  
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

